



8. CULTURA DE PAZ

A democracia, o respeito aos direitos humanos e a cultura de paz são os componentes necessários para um ambiente onde o desenvolvimento sustentável pode prosperar. A superação da hegemonia da cultura da violência pela hegemonia da cultura de paz nas relações das pessoas, classes sociais, religiões, etnias ou nações é uma revolução tão profunda quanto a revolução verde do desenvolvimento sustentável. É sua irmã legítima e inseparável.

8.1 Carta da Terra

No ano 2000 a ONU lançou o documento Carta da Terra. É um guia ético e moral para convivência entre humanos e entre humanos e o planeta onde eles vivem e convivem com milhões de outras espécies.

Usar a Carta da Terra como material básico nas escolas é o seu uso mais comum que devemos adotar em larga escala. Mas nós queremos mais. Queremos que o Congresso Nacional debata seu conteúdo e, se concordar com o mesmo, incorpore como um documento anexo à nossa Constituição.

Quando a ONU foi criada 1945 tinha como metas: a paz mundial, proteger os direitos humanos e promover a cooperação para o desenvolvimento social e econômico. A Carta da Terra vem completar este conjunto com a preocupação ambiental e reúne em um documento os quatro objetivos.

8.2 Índios, negros, liberdade de orientação sexual e portadores de deficiência

É tradição do PV estar na vanguarda dessas questões que no Brasil fazem parte da defesa dos direitos humanos, da democracia e da cultura de paz.

Reconhecimento dos direitos dos povos indígenas aos meios básicos de sua sobrevivência econômica e cultural, e a realização do seu direito à terra e de tomar suas próprias decisões. Reconhecimento da contribuição da sua cultura ao patrimônio universal.

No caso da liberdade de orientação sexual, o PV apoia o direito ao casamento de pessoas do mesmo sexo, de adoção de crianças por casais do mesmo sexo e quer que haja a criminalização da homofobia como já acontece com o racismo. Quanto aos negros, o PV é o partido dos ideais de André Rebouças e Luís Gama.

A não adoção pela República das medidas de inclusão social previstas por eles na ocasião da abolição da escravidão no final do Império levou à situação que hoje continuamos com o dever de reparar as sequelas do longo período da escravidão. Os portadores de algum tipo de deficiência chegam a 10% da população brasileira e só agora se inicia um processo sistemático de inclusão social que contorne os diversos tipos de dificuldades para sua participação ampla na vida social e econômica do país.

8.3 Forças armadas neste novo contexto de construção da hegemonia da cultura de paz

Queremos que elas fiquem caracterizadas como uma força de autodefesa, o que é uma renúncia definitiva ao recurso da iniciativa de agressão a outro país. Ela deve ter uma conexão regular com as forças de paz da ONU. Deve ser abolido o serviço militar obrigatório, que pode ser substituído por um serviço civil ou militar por livre decisão do jovem interessado que esteja na idade prevista. Isto pode ser um serviço à nação e ao mesmo tempo uma oportunidade de formação



profissional para o jovem. As forças de auto-defesa devem ser profissionais do comando ao soldado. Devem ser requisitos dos nossos oficiais na formação militar elementos de engenharia e ciências naturais. O contingente será reduzido. Porém, esta redução será nas cidades e nas regiões sul e sudeste. Assim poderemos ter reforço nas fronteiras do oeste e norte. Também deve ser uma função das forças armadas o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura na Amazônia e no nordeste. É preciso uma presença contínua para proteção dos recursos ambientais do nosso mar. Serão suspensas compras de aviões em andamento e de investimento em equipamentos como o submarino nuclear.

8.4 PV voltará a insistir em um debate nacional visando uma nova consulta plebiscitária sobre uma legislação mais restritiva nas vendas e porte de armas pelos cidadãos em geral

Um novo plebiscito do desarmamento. Julgamos que o porte de armas deve ser monopólio das forças armadas e policiais em serviço. É preciso uma forte repressão ao contrabando e tráfico de armas e um programa para busca e recolhimento de todas as armas em mãos de civis. Isto certamente facilitará a localização e isolamento dos criminosos armados.



8.5 Enfrentar a economia do crime

Uma decisão crucial para enfrentar o tráfico de drogas que tanto sofrimento e infelicidade tem trazido para o país é a imediata legalização, para uso medicinal e recreativo, da maconha. As outras drogas mais pesadas devem ter estratégias a ser implementadas na sequência.

A política proibicionista impulsionada mundialmente nas últimas década tem tido um efeito totalmente contrário aos seus objetivos. O consumo não caiu e, pior, construiu indiretamente uma economia do crime poderosa, violenta, opressiva. O tráfico da maconha é um dos principais pilares desta economia criminosa no Brasil e no mundo. Como ela é uma droga cujos malefícios são equivalentes aos das drogas chamadas legais, como fumo/tabaco e álcool, é por ela que devemos começar com segurança nossa estratégia de confrontar a economia do crime e da violência. Para nós a educação e a assistência à saúde são mais eficientes do que a repressão policial.

Precisamos montar uma estrutura maior de apoio de saúde para os casos mais graves e para as famílias que desejam apoiar os jovens a se livrar de uma dependência. Fique bem claro que o PV não apoia e nem incentiva o uso, seja do fumo, do álcool ou da maconha. O que nós queremos é conseguir que o uso dessas drogas, quando e se acontecer, seja o mais moderado possível para preservar a saúde das pessoas e o equilíbrio das famílias. O PV tem um projeto a este respeito tramitando no Congresso Nacional que oferece como base para uma decisão neste caso.

8.6 Administração Penitenciária

Enquanto a educação e a melhoria das condições de vida fazem seu trabalho de base para uma vida com menos violência, temos uma preocupação emergencial. Como fazer a administração penitenciária de uma forma que os culpados por crimes paguem suas penas e sejam reintegrados ao convívio pacífico dos seus concidadãos? É preciso julgar e prender, porém é preciso recuperar, reintegrar, secando a fonte de soldados cada



8. CULTURA DE PAZ

vez mais violentos da economia do crime. Um complexo penitenciário despreparado e com baixo padrão de respeito aos direitos humanos é uma escola do crime.

Fortalecer a defensoria pública. Multirões para libertar réus que já cumpriram a pena e continuam presos (em 2013 foram analisados 33 mil processos e concedidos 5 mil decisões entre progressão da pena, direito ao trabalho externo, e pode ser feito muito mais). Incentivar a concessão de cautelares diversas da prisão privativa de liberdade (por exemplo, monitoramento eletrônico, proibição de acesso a determinados lugares, recolhimento ao domicílio a noite etc).

Queremos desafogar o sistema carcerário saturado e tornar mais justa a dosimetria da pena. Efetivar o direito ao trabalho e estudo dos apenados como uma forma de preparar a inclusão social. Colônias para trabalho. Manter a atual maioria penal em 18 anos, como estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, acreditando no investimento em educação, recuperação e em planejamento familiar. Apoio ao acolhimento no serviço público e privado de condenados por delitos leves que podem já trabalhar nos regimes abertos e semiabertos. Organizar um sistema de oportunidade de trabalho para réus que já tenham cumprido pena para prevenir a reincidência (por exemplo, potencializar o programa começar de novo). Recuperar e reintegrar a juventude que cometeu algum delito criminoso deve ser uma obsessão do PV.

8.7 Programa nacional mais forte de prevenção à violência no trânsito

Fortalecer a segurança do pedestre e do ciclista e a direção defensiva. Deter o morticínio que hoje é causado pelo uso inseguro da motocicleta. São cerca de 40 mortes por dia no Brasil. Comparando, já chegamos ao incrível número de um óbito de motociclista para cada 3,5 homicídios.

8.8 Bem Estar Animal. Novo Abolicionismo

Além dos programas já tradicionais de preservação da biodiversidade que tratam da proteção de animais silvestres, há outro aspecto que afeta diretamente nossa formação para cultura de paz. É o desrespeito e a verdadeira escravidão animal a que submetemos as espécies animais ditas domesticadas.

Implementar o bem-estar dos animais no país, seja os de produção (para consumo humano), os de estimação (geralmente os cães e gatos), os de trabalho, os selvagens e os de laboratório, é um investimento que vai impactar também na saúde pública, na saúde dos indivíduos e das comunidades, na saúde dos próprios animais e no meio ambiente, além de favorecer a economia e a abertura de novos mercados. Para terem bom nível de bem-estar, além de estarem saudáveis, os animais devem ter suas necessidades físicas e psicológicas supridas. Para tanto, a capacitação de profissionais que lidam com as diferentes espécies é fundamental, bem como a fiscalização nas diversas áreas para coibir práticas que geram sofrimento no controle dos animais trabalhadores e os usados em pesquisa.

Concluimos ainda este subitem com uma defesa da adoção de uma alimentação mais saudável e pacífica. A forma paradigmática deste comportamento é a alimentação vegetariana. Com o desenvolvimento da ciência dos alimentos



e a produção agrícola, é hoje plenamente possível alcançar um ideal de segurança alimentar que dispense totalmente o uso da carne na nossa dieta. É um benefício à nossa saúde, ao meio ambiente (a pecuária é particularmente nociva e causadora de aquecimento global) e à cultura de paz apoiar a abolição desta escravidão e tortura dos animais domesticados.

É claro que a alimentação vegetariana não pode, não deve e nunca será uma imposição. É um esforço pelo exemplo, pelo diálogo para evoluirmos progressivamente para uma alimentação mais saudável e pacífica e ao mesmo tempo incentivar mudanças na produção agrícola que garantam uma segurança alimentar vegetariana ou menos carnívora ao maior número de pessoas que assim o desejarem.

